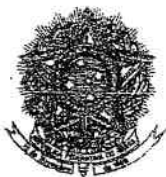




BRAZIL

**MESSAGE BY H. E. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
PRESIDENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL,
TO THE ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL
SPECIAL MEETING ON THE GLOBAL FOOD CRISIS**

New York, 20 May 2008.



**MENSAGEM DO PRESIDENTE DO BRASIL, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DE ENCONTRO ESPECIAL DO CONSELHO ECONÓMICO E
SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL**

Quero cumprimentar o Embaixador Mérorès, Presidente do ECOSOC e Representante Permanente do Haiti, pela iniciativa de convocar este encontro. Saúdo, igualmente, a presença do Secretário-Geral Ban Ki-Moon e demais altos funcionários e delegados dos países membros da ONU.

Desde o primeiro dia de meu mandato como Presidente do Brasil, dediquei-me ao combate à fome e à pobreza no Brasil e no mundo.

Há quase quatro anos, nesta sala do ECOSOC, em uma reunião de dezenas de líderes mundiais, lançamos a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. Com essa mobilização, obtivemos importantes avanços, sobretudo na área da saúde. Temos plena consciência, entretanto, de que resta muito por fazer.

A recente elevação mundial dos preços dos alimentos dá contornos dramáticos a esse desafio. Homens e mulheres famintos manifestam-se mundo afora pondo em risco, em alguns casos, à estabilidade institucional. Estamos diante da ameaça real de um desastre humanitário de grandes proporções.

Desastre que atinge os mais pobres, aqueles que mais gastam proporcionalmente para alimentar-se. Diante dessa perspectiva de retrocesso na luta contra a fome e a desnutrição, as Metas do Milênio ficam ainda mais distantes.

Precisamos agir em diferentes frentes. No plano emergencial, há que rapidamente conter os efeitos mais adversos dessa crise. O Brasil está fazendo



sua parte no Haiti, com o envio de ajuda alimentar e apoio à reabilitação da agricultura local.

Mas temos de fazer uma profunda e urgente reflexão sobre o problema para melhor enfrentá-lo. Essa é uma questão complexa que exige uma análise objetiva e serena, sem conclusões apressadas e parciais. O Secretário-Geral Ban ki-Moon acertadamente observou, na UNCTAD, no mês passado, que a crise tem múltiplas causas.

O aumento do preço do petróleo e, por conseqüência, dos fertilizantes, da energia e do transporte vem pesando fortemente na elevação dos custos de produção de alimentos. Flutuações sazonais, agravadas por fortes quebras de safras por razões climáticas, também fazem parte dessa equação. Da mesma forma têm seu papel os realinhamentos cambiais e a especulação financeira com *commodities* agrícolas.

Mas, por trás desse quadro preocupante de pressão sobre os estoques mundiais de alimentos, temos um fato novo e alvissareiro: um número crescente de pessoas está comendo mais e melhor em muitos países desenvolvimento.

A crescente inclusão de pessoas no círculo dos que comem mostra que as estruturas e práticas atuais no cenário internacional não nos permitem assimilar, sem sobressaltos, esses novos consumidores. É preciso produzir mais e distribuir melhor os alimentos. Mas, sobretudo, criar condições para que países pobres possam produzir seus próprios alimentos.

A fome se alastra por aqueles países mais pobres que sofrem de dupla vulnerabilidade. Não têm como custear a importação de alimentos cada vez mais caros e, ao mesmo tempo, não produzem localmente o suficiente para alimentar a própria população.



Como explicar que vastas regiões com clara vocação agrícola não tenham investido no cultivo de alimentos para garantir ao menos a subsistência de sua população? A resposta passa fundamentalmente pelas distorções existentes no comércio mundial de produtos agrícolas, especialmente pelo protecionismo praticado, durante décadas, para não dizer séculos, pelos países industrializados. Pequenos agricultores pobres não podem competir com subsídios milionários concedidos por países ricos a seus fazendeiros. Incapazes de sustentar-se economicamente, tornam-se dependentes de alimentos importados e da ajuda externa. Os subsídios agrícolas premiam a ineficiência, perpetuam os privilégios de poucos e agravam a fome de muitos.

A eliminação dessas distorções explica o empenho do Brasil pela conclusão equilibrada da Rodada Doha. Defendemos um acordo que, uma vez por todas, submeta os produtos agrícolas às regras multilaterais da OMC.

Fazer valer regras justas no comércio agrícola internacional é fundamental não apenas para eliminar a fome no mundo. É decisiva para outro desafio crucial de nosso tempo: compatibilizar a proteção ambiental com a segurança energética.

É preciso desmascarar campanhas, movidas pelo protecionismo comercial e pelos interesses de grupos petrolíferos, que buscam demonizar a produção de biocombustíveis. Atribuem-lhes a culpa seja pelo encarecimento dos alimentos, seja pelo aquecimento global.

Desconhecem, com isso, a exitosa experiência brasileira com o etanol, à base da cana-de-açúcar. Em 30 anos, cortamos drasticamente as emissões de CO², ao mesmo tempo em que reduzimos a demanda por energias fósseis a ponto de tornar-nos praticamente independentes do ponto de vista energético. Realizamos isto sem prejudicar a produção de alimentos. Muito pelo contrário.



Nesse período, a produção agrícola no Brasil cresceu exponencialmente graças a ganhos de produtividade na produção agrícola, aí incluída a cana-de-açúcar.

O combate à fome e à pobreza deve começar pelo despertar de vocações produtivas nos países mais vulneráveis. O Brasil está fazendo sua parte. Investimos maciçamente em pesquisa e melhoramento agrícola. Oferecemos nossa experiência e nosso conhecimento a outros países em desenvolvimento, de que é exemplo a abertura, em 2007, do Escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Acra, Gana.

Os biocombustíveis podem contribuir para reduzir essa vulnerabilidade, sobretudo no campo energético. Isto sem falar que a produção de biocombustíveis é fonte não apenas de energia renovável, mais limpa e barata. Gera também a renda e os empregos, sobretudo no campo, que ajudarão a sustentar uma agricultura pujante. No momento em que a comunidade internacional discute alternativas às fontes fósseis, que sentido faz taxar a importação de etanol e não de petróleo?

O Brasil não pretende impor seu modelo. Quer que o potencial dos biocombustíveis seja avaliado de acordo com realidade de cada país. Adotados de forma criteriosa, podem ajudar a resgatar países da insegurança alimentar e energética. Diante da escalada do preço da energia e da ameaça do aquecimento global, é irresponsável abdicar, de forma preconceituosa, de uma opção estratégica para países que não têm petróleo, alimentos e nem como comprá-los.

O Brasil não teme esse debate. Muito pelo contrário. Estou convidando autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países interessados a participar de Conferência Internacional dos Biocombustíveis, em São Paulo, em novembro.



Um exame abrangente e desapaixonado de todos os aspectos da questão será valiosa contribuição para construir uma verdadeira parceria mundial para o desenvolvimento sustentável. Vamos trabalhar para que uma vida digna e próspera esteja ao alcance de todos, ao mesmo tempo em que garantimos nossa segurança energética e preservamos o planeta para futuras gerações.

Nessa tarefa, Senhor Presidente, o papel das Nações Unidas e, mais especificamente, do ECOSOC é fundamental. Desejo-lhe êxito em seus trabalhos.

Brasília, 20 de maio de 2008

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luiz Inácio Lula da Silva', written over the printed name.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

**MESSAGE BY H. E. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
PRESIDENT OF BRAZIL,
ON THE OCCASION OF THE SPECIAL MEETING OF THE
ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL ON THE WORLD FOOD CRISIS**

NEW YORK, MAY 20TH 2008

I wish to congratulate Ambassador Léo Mérorès, President of ECOSOC and Permanent Representative of Haiti, on convening this meeting. I also wish to greet Secretary-General Ban Ki-moon, Permanent Representatives, delegates and U.N. high officials.

Ever since my very first day in office, I have devoted myself to the fight against hunger and poverty, both in Brazil and in the world.

Almost four years ago, in this chamber, before dozens of world leaders, we launched the International Action against Hunger and Poverty. Our mobilization has yielded important results, particularly in health. However, we are fully aware that much remains to be done.

The challenge was made more dramatic by the recent increase in food prices worldwide. Demonstrations by starving men and women have occurred throughout the world, and, in some cases, risked jeopardizing institutional stability. A humanitarian disaster of great magnitude is a real threat.

Today, even before such bleak scenario materializes, price increases already affect the poorest among the poor, who spend proportionally more of their income on food. The prospect of regression in the fight against hunger and malnutrition makes the Millennium Goals look ever more distant.

We need to act on different fronts. As an emergency measure, we must quickly contain the most adverse effects of the current crisis. Brazil is doing its part in Haiti, by providing food assistance and supporting the rehabilitation of local agriculture.

A thorough analysis of the problem is also urgently needed, in order to better tackle it. This is a complex issue that requires an objective and unemotional examination, one that avoids jumping to conclusions. Last month, in UNCTAD, Secretary-General Ban Ki-moon correctly pointed out that the crisis has multiple causes.

Higher prices of oil and, consequently, of fertilizers, energy and transportation have all had a significant impact on the production costs of food. Seasonal price fluctuations, aggravated by serious crop failures due to climatic reasons, have also been a variable of such complex equation. Realignment of exchange rates and financial speculation with commodities have played a role as well.

However, today's worrisome pressures on the world's food stocks should not prevent us from recognizing and welcoming a novel and fortunate event: in several developing countries, an increasing number of people are now eating more and better.

The ever expanding circle of those who eat shows that current international structures and practices are not fit to incorporate these new consumers smoothly. We must produce more food and distribute it better. But, above all, we must create conditions for poor countries to produce their own food.

Hunger spreads throughout poorer countries that suffer from a double vulnerability. They can neither afford food at ever-increasing prices nor produce it locally in sufficient quantities to feed their own populations.

But how can we explain that large countries endowed with arable land have not invested in growing food to ensure, at least, the subsistence of their populations? The answer lies essentially in the existing distortions in the international agricultural trade, particularly the protectionism, which industrialized countries have practiced for decades, if not centuries. Small poor farmers cannot compete with the millions in subsidies granted by rich countries to their own farmers. Unable to support themselves, farmers in many poor countries become dependent on imported food and foreign aid. Agricultural subsidies reward inefficiency, perpetuate the privileges of a few, and aggravate the hunger of many.

The need to eliminate such distortions explains Brazil's effort to achieve a balanced conclusion of the Doha Round. We favour an agreement that, once and for all, place agricultural products under the WTO's multilateral disciplines.

Enforcing fair rules in international agricultural trade is fundamental not only to eradicate hunger in the world but also to face another crucial challenge of our time: to reconcile environmental protection with energy security.

It is necessary to unveil the campaigns fostered by trade protectionism and vested interests of oil groups that attempt to demonize biofuels. On the latter they blame both the rise in food prices and global warming.

Such campaigns disregard the successful Brazilian experience with sugar cane-based ethanol. Over the last 30 years, Brazil has drastically cut CO2 emissions while, at the same time, reducing demand for fossil energy to the point of achieving virtual self-sufficiency in energy. We have done so with no prejudice to food production. On the contrary, over the same period, the Brazilian agricultural output has increased exponentially, thanks to productivity gains, including in the production of sugar cane.

The fight against hunger and poverty must mean, first and foremost, stimulating the dormant potentialities for food production in the most vulnerable countries. Brazil is doing its part. We have invested massively in research and crop improvement. We have been offering to share our experience and knowledge with other developing countries, as illustrated by the establishment of an office of the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) in Accra, Ghana, in 2007.

Biofuels may be particularly helpful to reduce energy vulnerabilities. But there is more to it. Biofuels are a source of clean and cheap renewable energy and generate income and jobs, especially in rural areas, where they contribute to sustaining a flourishing agriculture. Against such background, what is the meaning of taxing imports of ethanol, while exempting oil from import duties, when the international community discusses alternatives to fossil fuels?

Brazil does not intend to impose its model. We want the potential for biofuels to be assessed according to each country's reality. If adopted thoughtfully, they may rescue nations from food and energy insecurity. In face of steep energy prices and the effects of global warming, it would be irresponsible to preclude, out of prejudice, a strategic option for countries that have neither oil nor food, nor have the means to afford them.

Brazil will not shy from this debate. On the contrary. I have invited government officials, scientists and representatives of the civil society from all interested countries to participate in an International Conference on Biofuels, to be held in São Paulo, this coming November.

A comprehensive and objective review of all aspects of this issue will prove to be a valuable contribution to building a true world partnership for sustainable development. Let us work together for a dignified and prosperous life for all, as we ensure our energy security and preserve the planet for future generations.

In this endeavor, Mr. President, the role of the United Nations and, more specifically, that of ECOSOC is fundamental. I wish you success in your work.

Thank you very much.